



CENSURA
Caixa veta ciclo de palestras "Aventuras do pensamento". O evento reuniria intelectuais e seria voltado ao público infanto-juvenil.

Página 6

PARTICIPE DA POSSE DA NOVA DIRETORIA NO DIA 15

Página 8

ALESSANDRO COSTA



EDUCAÇÃO E CIÊNCIA VÃO À LUTA

> Comunidade acadêmica da UFRJ realizou 48 horas de atividades em defesa da Educação e da Ciência, nos dias 2 e 3. Na quarta, a AdUFRJ organizou debate sobre a importância das estatais de energia, na Coppe, e uma visita de estudantes do ensino médio a laboratórios do instituto. A Jornada da Educação terminou com ato unificado no Centro do Rio, na quinta. **Páginas 3, 4 e 5**

A SEMANA

CHEGADA E PARTIDA

DIRETORIA

*“E assim chegar e partir
São só dois lados da mesma viagem
O trem que chega
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro é também despedida...”*
(Milton Nascimento, Encontros e Despedidas)

No mesmo trem ou em trens diferentes, chegada e partida “são dois lados da mesma viagem”. A mesma viagem, porém, carrega diferentes viajantes em diferentes tempos. Carrega também diferentes emoções.

Chegamos à AdUFRJ em 2017, com a vitória da chapa Universidade para a Democracia, cuja plataforma dava continuidade, de modo geral, à gestão anterior, da equipe UFRJ pela Democracia, que pela primeira vez em 14 anos ousara, com êxito, disputar o comando da seção sindical. Repetimos o feito, derrotando opositores, mas a substituição da preposição, no nome da chapa, sugeria a percepção de que o contexto político sofrera mudanças não triviais.

Fomos, pois, agraciados naquela ocasião com dois grandes desafios, ambos prenes de desdobramentos inumeráveis. O primeiro, desde logo implícito, nos encarregava de manter e ampliar o legado recebido: era a missão-peteca. O segundo residia em atuar num cenário crescentemente autoritário, ou seja, era o desafio do enfrentamento de tempos (cada vez mais) bicudos.

Não deixar a peteca cair significava, basicamente, aprofundar o processo de consolidação da AdUFRJ como espaço democrático de debates com vistas à construção de convergências em torno da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, e como patrimônio da sociedade brasileira. Tal princípio, aparentemente unificador, não se traduziu, contudo, em pautas de aceitação garantida. Embora tenha atraído segmentos importantes do quadro docente, ensinou também sérios dissensos acerca de objetivos e ações. Dissensos atingindo tanto questões organizacionais, como a realização de assembleias multicampi e a utili-

zação do voto em urna no caso de decisões referentes a paralisações e greves, quanto a própria compreensão, conceitual e política, do papel de assembleias, paralisações e greves.

A relação da AdUFRJ com o Sindicato Nacional, o ANDES, ilustra as divergências e as tensões delas decorrentes. Na medida em que evidenciamos que a seção não comungava com boa parte das recomendações enunciadas pelos dirigentes em Brasília, as pressões se tornaram recorrentes (e contundentes), com o claro intuito de desqualificar a posição de apoio crítico assumida pela AdUFRJ. Não abrimos mão.

O desafio dos tempos, que era um simples desafio em 2017, transformou-se em sinistro pesadelo com as eleições de 2018. O que na época elencávamos como ameaças à universidade – em particular o risco do estancamento da produção do conhecimento (científico, cultural, artístico) e o perigo do retrocesso democrático – ganharam estatura com ataques diretos e estratégias concretas. Cortes e contingenciamentos de recursos prosseguiram impulsionados por intimidações e afrontas, sempre presentes nas falas do ministro da educação (balbúrdia, zebras gordas, etc) e pela formalização do desmanche contida no Projeto Future-se. Censura e arbítrio vêm revolvendo deploráveis recordações da ditadura.

Agora estamos de partida. A avaliação do que fizemos e do que deixamos de fazer cabe aos professores e professoras que nos escolheram para dirigir a AdUFRJ no biênio 2017/2019. Há, de certo, uma indicação positiva no fato de terem repetido o movimento, expressando, com os votos dados à chapa Juntos pela Democracia, concordância com as linhas de atuação que adotamos.

Transmitimos os cargos e os desafios. Segurar a peteca significa seguir respeitando a pluralidade e entendendo a diversidade que caracterizam o universo que buscamos representar. Enfrentar os tempos agressivos – por bicos, garras e venenos – implica mais que nunca reunir esforços, ampliar alianças, angariar apoios. Mas... Alvíssaras! A diretoria que vem com os ventos de maio já demonstrou plena consciência de tais desafios ao apresentar-se como Juntos pela Democracia.

A sombra de tristeza que envolve a partida se desfaz na alegria de uma nova chegada. Afinal, é a mesma viagem.

IMAGEM DA SEMANA

LIDERANÇAS PROGRESSISTAS DO PAÍS REALIZAM ENCONTRO NA UFRJ

Defender a universidade e a democracia. As tarefas guiaram um encontro promovido pelo movimento estudantil no último dia 4, na UFRJ. Fernando Haddad (PT), Jandira Feghali (PCdoB), Marcelo Freixo (PSOL) e Benedita da Silva (PT) atraíram uma multidão até os pilotis da reitoria. Nas falas, a valorização do conhecimento, da ciência e da educação, o fortalecimento da democracia e o apelo à unidade. Leia a matéria completa na página 7.



ALESSANDRO COSTA



OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO DISCUTE FUTURE-SE

Debate sobre os impactos do Future-se mobilizou diretores e futuros diretores da AdUFRJ. Na manhã do dia 7, em Campinas, os professores Felipe Rosa e Josué Medeiros analisaram a gravidade do projeto do MEC. O encontro foi mediado pelo presidente da AdUnicamp, professor Wagner Romão. Depois do encontro, AdUFRJ e Adunicamp iniciaram a discussão da segunda fase do Observatório do Conhecimento – a primeira fase terminou em setembro. O Observatório é uma rede de associações e sindicatos de docentes de diversas universidades que se articulam em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e da liberdade acadêmica.

AGENDA

**15/10
18H**

POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADFRJ

Salão Pedro Calmon, campus da Praia Vermelha

Unidos contra o desmonte

> Em evento na Coppe durante a Jornada em Defesa da Educação e da Ciência, especialistas do setor de energia e economista do IE criticaram privatização, reformas e desconstrução do Estado

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufjr.org.br

A primeira atividade promovida pela AdUFRJ durante a Jornada de 48 horas em Defesa da Educação e da Ciência foi o debate sobre o “impacto tecnológico da privatização do setor de energia”. O evento expressou a desaprovção de especialistas à política econômica do ministro Paulo Guedes.

O professor Luiz Pinguelli Rosa, diretor de Relações Internacionais da Coppe, afirmou que é preciso contestar as ações do ministro da Economia. “Temos a ideia de fazer aqui uma resistência. É um erro da esquerda focar no Bolsonaro e no Moro enquanto Paulo Guedes trabalha tranquilo”, avaliou. “Há pouca pressão sobre ele, que está executando a questão da privatização”, completou, citando a venda pela Petrobras da área de gás natural e da BR Distribuidora. O professor Ildo Sauer, da USP criticou as reformas Trabalhista, previdenciária e tributária; o plano de privatizar estatais do setor elétrico e os ataques à Petrobras. “Das três áreas que estamos enfrentando, duas talvez estejam na ala do circo, do macaco Tião, do cacareco. O enfrentamento maior se dá na linha econômica; é o coração do debate”, alertou.



FOTOS: FERNANDO SOUZA

PINGUELLI: “É um erro da esquerda focar no Bolsonaro e no Moro enquanto Paulo Guedes trabalha tranquilo. Tem pouca pressão sobre ele”

A liquidação do Estado foi ressaltada pela professora Esther Dweck, do Instituto de Economia da UFRJ. Para a economista, as reformas dos governos Collor e FHC “não chegam ao nível de destruição de agora”. Citou o quadro de reformas, teto de gastos do orçamento, abertura comercial em uma conjuntura de protecionismo, redução do conteúdo nacional na indústria do petróleo e fraco ritmo de retomada da atividade econômica.

“É a recuperação econômica mais lenta da história do país após uma recessão, com crescimento de 1% ao ano. Se continuar assim, a economia só vai recuperar em 2040 o nível de atividade que havia em 2014”. Na avaliação da professora, o atual governo promove a recuperação lenta para “propor solu-

ções absurdas”, com uma taxa de desemprego alta e o aumento do trabalho informal. O discurso do governo, disse a economista, é que “a culpa da crise é do Estado e que é preciso destruir o Estado”, o que resulta em mais desigualdade. “Está ocorrendo uma destruição dos instrumentos de desenvolvimento inclusivo e soberano e em pouquíssimo tempo”, completou.

O baixo retorno das privatizações feitas no Brasil foi abordado por Roberto D’Araújo, do Instituto Ilumina. “De 1990 a 2006, foram US\$ 106 bilhões ou R\$ 450 bilhões. São apenas dois anos de renúncia fiscal. Nós não sabemos privatizar”, afirmou. Para o especialista do setor elétrico, a privatização também não respaldou o principal argumento de seus defensores, a redução da dívida pública. “A

dívida pública era de 37% do PIB nos anos FHC e hoje é de 80%”, disse.

Já Luís Eduardo Duque Dutra, da Escola de Química, previu a Petrobras como futuro alvo de privatização. “Não tenho dúvida de que o atual governo pretende privatizar a joia da coroa, a Petrobras. A estratégia atual é enxugar, vender ativos e focar no pré-sal para daqui a três ou quatro anos vender para o capital estrangeiro”, afirmou. Para ele, a proposta de abertura comercial de Guedes é incoerente com o protecionismo e “a corrente ultraliberal que ele chefia é minoritária e ultrapassada”. Duque Dutra propôs três frentes de ação no setor de petróleo: a recuperação de petróleo em campos “maturados” – áreas mais antigas de exploração –, a compra de gás por

distribuidoras e o investimento em pesquisa.

ADUFRJ AVALIA

“O debate mostrou convergência muito forte com a posição que a AdUFRJ vem defendendo e explícita em nosso jornal: o inimigo principal não é o Saci Pererê que está na Damares (Alves) ou no (Abraham) Weintraub”, disse a presidente da AdUFRJ, professora Maria Lúcia Werneck Vianna. “Ele está nesse projeto, um anti-projeto econômico e político de destruição. Um ponto fundamental é a destruição da universidade pública, gratuita e de qualidade. Resistir é também informar e, como professores, é assim que resistimos - produzindo e reproduzindo conhecimento, fazendo pesquisa e extensão”, completou.

POR QUE A GREVE NACIONAL DO ANDES DEU ERRADO OU POR QUE O 15M DEU CERTO?

JOSUÉ MEDEIROS

Como explicar a diferença do 15 de maio para a Greve Nacional de 02 e 03 de outubro? No 15M, atos em mais de 200 cidades e em todos os estados com mais de um milhão de pessoas, além de ser o assunto dominante nas redes sociais. Já as mobilizações de 02-03/10 foram esvaziadas. Não há balanço divulgado sobre a capilaridade nacional. Estima-se 20 mil no Rio e 5 mil em São Paulo. Nas redes sociais, não foi tema relevante.

O que mudou em tão pouco tempo? Por que antes conseguimos sair da bolha e agora nos isolamos em nós mesmos mais uma vez? Por que no 15M a educação básica aderiu em peso, colorindo as ruas com a diversidade da nossa juventude e em outubro as escolas públicas e privadas ficaram alheias? Responder a isso é urgente para que possamos retomar a energia do 15M que segue ativada na base. Na UFRJ, a mobilização descentralizada é impressionante. As pessoas estão fazendo muitas coisas em defesa da universidade, desde manter suas atividades acadêmicas no

mesmo nível de antes apesar dos cortes até a promoção de debates, encontros, assembleias locais, etc. O que impede que essa mobilização cotidiana vire uma convergência maior? Duas hipóteses complementares se apresentam:

■ As pessoas estão cansadas das paralisações-atos. O sentimento de que não adianta nada é muito profundo. Pelo menos desde 2015, quanto os atos não impediram o golpe;

■ As pessoas estão com medo. Não sabemos o alcance do autoritarismo bolsonarista nem se as instituições vão nos proteger. Mobilizar tem um risco a mais e ninguém tem culpa de não querer pagar para ver.

O que fazer então? É preciso perseverar! Contudo, a defesa da universidade exige uma persistência crítica e não religiosa (tipo “estamos certos e o paraíso virá”). É fundamental refletir profundamente sobre a estratégia de paralisações e atos de rua. Não temos respostas prontas para as perguntas do título, mas podemos ensaiar diagnósticos e possíveis caminhos com base nas experiên-

cias da AdUFRJ para abrir o debate. Algumas práticas que caracterizaram a greve nacional de 02-30/10 e que se relacionam com o insucesso da mobilização:

■ A decisão se deu de cima para baixo. Os direções nacionais dos movimentos decidem a data e depois consultam as bases. As paralisações são então confirmadas em assembleias esvaziadas, sem que isso signifique uma adesão efetiva.

■ A pauta das mobilizações foi decidida pelo mesmo método, sem conexão com algum evento imediato da conjuntura. Assim, no 15M fomos às ruas contra um corte de verbas anunciado dias antes. Em outubro, não havia nenhum fato novo.

■ A dinâmica de somar várias pautas e demandas. No 15M, a mobilização foi pela educação somente, agora o chamado envolveu também a defesa da Petrobras, da soberania nacional, a luta contra as privatizações, contra a reforma da previdência. Todas pautas legítimas e importantes. Porém, criaram confusão na hora da mobilização.

■ A sucessão de mobilizações. O 15M foi nossa primeira ida às ruas

contra o governo Bolsonaro. Em outubro foi o quinto ato, sempre em número decrescente.

■ Uma estratégia de comunicação igualmente confusa, baseada somente nas “velhas ferramentas” (informes sindicais, panfletos), sem uso programado das redes sociais, com campanhas que fazem o tema ganhar corpo. Muita gente relatou não saber que haveria a mobilização, ou então não saber o porquê dos atos.

■ Como alternativa, algumas propostas para começar o debate: ■ Temos que nos concentrar enquanto movimentos educacionais na pauta da educação, da ciência e do conhecimento. Alianças com outros movimentos, sociedades científicas, são fundamentais para forjar um tecido de solidariedade. Mas a mobilização das nossas bases deve ser feita com foco na defesa da educação e do conhecimento.

■ É urgente mapear o que de positivo está sendo feito pelas universidades e IFs e sistematizar isso em alguma plataforma. Há um senso comum falso de que não devolvemos nada para a sociedade. Sabemos que não é verdade, mas não sabemos de fato o que devolvemos. Nosso desconhecimento sobre aquilo que produzimos é impressionante. Muitas vezes vamos para as ruas e para as redes sem

argumentos para nos defender.

■ Esse mapeamento não pode ser “online”. Precisamos rodar as universidades, participar das reuniões de departamento, congregação, das atividades de extensão, etc. Precisamos ativar a convergência das várias iniciativas positivas que estão em curso.

■ É fundamental realizarmos atividades contínuas em Praças, parques, escolas, tipo uma universidade na praça cotidiana. Não é necessário que a atividade seja enorme. O mais importante é que ela seja regular e marque o território.

■ Uma nova estratégia de comunicação. Podcasts, ações de rede, canal no youtube, material para whats que complementem nossos jornais e boletins.

■ Com esse texto, convocamos a nossa categoria para um debate franco e democrático sobre como potencializar nossas mobilizações e entidades representativas. Temos certeza de que é possível construir um sindicalismo docente renovado e fortalecido, com mais capacidade de mobilizar a comunidade universitária e a sociedade na defesa da universidade, dos direitos e da democracia.

JOSUÉ MEDEIROS é professor de ciência política e membro da diretoria da AdUFRJ 2019/2021



ALESSANDRO COSTA

ADUFRJ PRESENTE docentes participaram da concentração da UFRJ no IFCS e da passeata que reuniu a Educação e trabalhadores de empresas estatais, no Centro, à noite



SILVANA SÁ

ALESSANDRO COSTA



A SOBERANIA É NOSSA (NENHUMA RIQUEZA A MENOS)

> No dia do aniversário da Petrobrás, ato unificou luta pela Educação com agenda contra privatizações

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjr.org.br

A defesa da soberania nacional marcou a quinta-feira, 3, último dia da jornada de 48 horas pela Educação e pela Ciência. Além de professores, estudantes e técnicos, os petroleiros e servidores públicos foram às ruas para protestar contra o pacote de privatização de estatais, em especial aquelas ligadas ao setor de energia. O governo Bolsonaro anunciou a privatização de 17 empresas.

A manifestação ocorreu no centro do Rio no final da tarde e reuniu cerca de 20 mil pessoas, segundo os organizadores. O protesto terminou em frente à sede da Petrobras que, no mesmo dia 3, comemorava 66 anos. “A entrada de novos protagonistas nas manifestações de rua contra a agenda neoliberal atual é fundamental. A Educação sozinha não será suficiente para mudar o rumo das coisas. Assim como na Previdência ou na Saúde. Qualquer luta isolada não dará certo”, avaliou o professor da Coppe, Fernando Duda, diretor da Adufrj. Para o docente, a dobradinha entre educação e soberania é óbvia. “Sem educação e ciência não há chance de desenvolvimento

soberano. Se o Brasil é o que é hoje, em grande parte, se deve à interação entre a graduação e a pós-graduação da universidade e a Petrobrás. Em especial, com a UFRJ”, justificou. Ainda na concentração do ato, no Largo de São Francisco de Paula, docentes da UFRJ debateram o cenário político. “Existe um sentimento geral de revolta sobre este momento político”, disse a presidente eleita da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. “Há ataques à pós-graduação e à graduação. Mas também embates violentos em todas as áreas. Precisamos encontrar caminhos que, de fato, detenham a máquina destrutiva do governo”, completou.

EDUCAÇÃO NÃO É GASTO

Já na avenida Rio Branco, representantes do Andes criticaram a asfixia orçamentária do governo Bolsonaro contra universidades e institutos federais. “Se eles dizem que a universidade é cara, mostramos com números e com pesquisa que educação é investimento”, disse a professora Rosineide Freitas, diretora do Andes Região. “Enquanto fomos atacados e a educação pública de qualidade estiver ameaçada, estaremos nas ruas fazendo bastante balbúrdia”, acrescentou, ironizando as afirmações



ALESSANDRO COSTA

DEU ZEBRA manifestantes criticaram ministro e secretário do MEC

ofensivas do ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre as universidades. Para o diretor da Adufrj, Felipe Rosa, as declarações “desastradas” do ministro mostram que o ensino público não tem a menor prioridade no atual governo: “Estamos aqui para reafirmar que a Educação é fundamental para que o país enriqueça e a sociedade se dinamize. E para um Brasil melhor”. Em frente à Candelária, representantes dos petroleiros e trabalhadores da Eletrobrás e da Caixa Econômica defenderam o patrimônio e os serviços públicos. “A ideia de que a privatização barateia serviços é mentira. A telefonia é um exemplo”, advertiu Emanuel Torres, da Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel). “O nosso desafio é mostrar às pessoas que só vão perder”. “O pré-sal brasileiro é a terceira

maior reserva do mundo. Essa riqueza não pode ser entregue ao capital internacional”, argumentou o petroleiro Fernando Cerqueira, da Associação dos Engenheiros da Petrobras. A parceria entre a maior empresa pública do país e a educação foi destacada pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Iago Montalvão, presidente da entidade, ressaltou o papel do movimento estudantil na campanha “O Petróleo é Nosso”, lembrando que “a UNE está na fundação da Petrobrás”, “assim como na briga pelo investimento dos royalties para educação”. Vários políticos de partidos de oposição também participaram do protesto. “A soberania tem a ver com o povo, com a qualidade de vida. O potencial energético é instrumento da soberania”, disse a presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR).

DIREITO TIRA DÚVIDAS JURÍDICAS DA POPULAÇÃO

Professoras e estudantes da Faculdade Nacional de Direito escolheram a praça pública para dar assistência jurídica à população que circula no entorno da FND, no centro do Rio. A atividade integrou a greve nacional da educação, proposta pelo Andes para os mesmos dias 2 e 3. O local escolhido foi o Campo de Santana, parque vizinho ao Direito. Com pranchetas e contatos de órgão de atendimento gratuito – como a defensoria – o grupo tirou dúvidas jurídicas de quem atravessava o parque. “Essa é uma das atividades do projeto de extensão do Núcleo de Assessoria Popular Luiza Mahin”, explicou a professora Julia Franzoni, da FND. Para outra docente de direito penal, Cristiane Brandão, as manifestações em defesa da educação deveriam atrair um público maior. “Vejo os professores preocupados com as questões políticas gerais do país, mas não tão ligados às questões específicas da universidade”, criticou. “Sobre esse projeto Future-se, por exemplo, acho que falta debate na universidade”, disse. (Elisa Monteiro)

AULA PÚBLICA CONFIRMA REJEIÇÃO DA UNIVERSIDADE AO FUTURE-SE

Em uma Jornada em Defesa da Ciência e da Educação, não poderia faltar uma atividade crítica ao Future-se. No dia 2, professores e estudantes reverteram-se ao microfone para demolir a proposta do governo para a educação superior pública, em uma aula realizada em frente à Faculdade Nacional de Direito. A presidente eleita da Adufrj, professora Eleonora Ziller, conclamou a comunidade a ampliar a mobilização em defesa da educação. “Este projeto Future-se é a destruição da universidade. Precisamos acreditar nesta potência que é a UFRJ. Não estamos nem a 10% ainda. Precisamos continuar nos mobilizando”. Vice-reitor da UFRJ, o professor Carlos Frederico Leão Rocha foi convidado a fazer uma exposição sobre o projeto, na atividade organizada pelo centro



KELVIN MELO

ELEONORA: “Este projeto Future-se é a destruição da universidade”

acadêmico da FND (CACO) e pelo DCE. Observou que o Future-se “altera a essência do que é a universidade e vai na direção oposta”. Professora da FND, Luciana Boiteux destacou que o Future-se foi feito por quem não entende

a universidade. Já a professora Anna Cecília Faro Bonan analisou vários tópicos do Future-se e informou a ampla rejeição pela maioria das universidades. “Nenhuma aderiu. É lógico que este projeto não é adequado”. (Kelvin Melo)

ESPAÇO DA COPPE SE ABRE PARA VISITA DE ESCOLA PÚBLICA



FERNANDO SOUZA

VISITA Ramon Alves, aluno da Escola de Química, expôs para a turma

Uma das atividades da Jornada em Defesa da Educação foi a visita dos estudantes do Colégio Estadual Olga Benário Prestes ao Espaço Coppe Miguel de Simoni, no dia 2. As apresentações de temas

como a nanotecnologia, a teoria do Big Bang e o projeto Iguazu – desenvolvido pelo instituto para controlar inundações e promover uma recuperação ambiental das bacias dos rios Iguazu, Botas e Sarapuí –, despertaram a curiosidade dos alunos em relação às pesquisas feitas pela universidade.

“Eu não tinha muita inserção na área de exatas. Foi uma experiência muito interessante para pensar em novas possibilidades de cursos”, relatou a aluna Ester Gerônimo, do terceiro ano. Para Fábio Pécora, professor da escola, foi “uma grande oportunidade para que eles possam vivenciar o ambiente acadêmico e ver onde a ciência é feita de verdade”. Abrir as portas da universidade para a sociedade, segundo o diretor da AdUFRJ, professor Fernando Duda, é essencial. “As pessoas precisam ter consciência do papel e da relevância da universidade”, disse. (Giulia Ventura)

PAULO FREIRE É TEMA DE RODA DE CONVERSA EM FRENTE AO IFCS

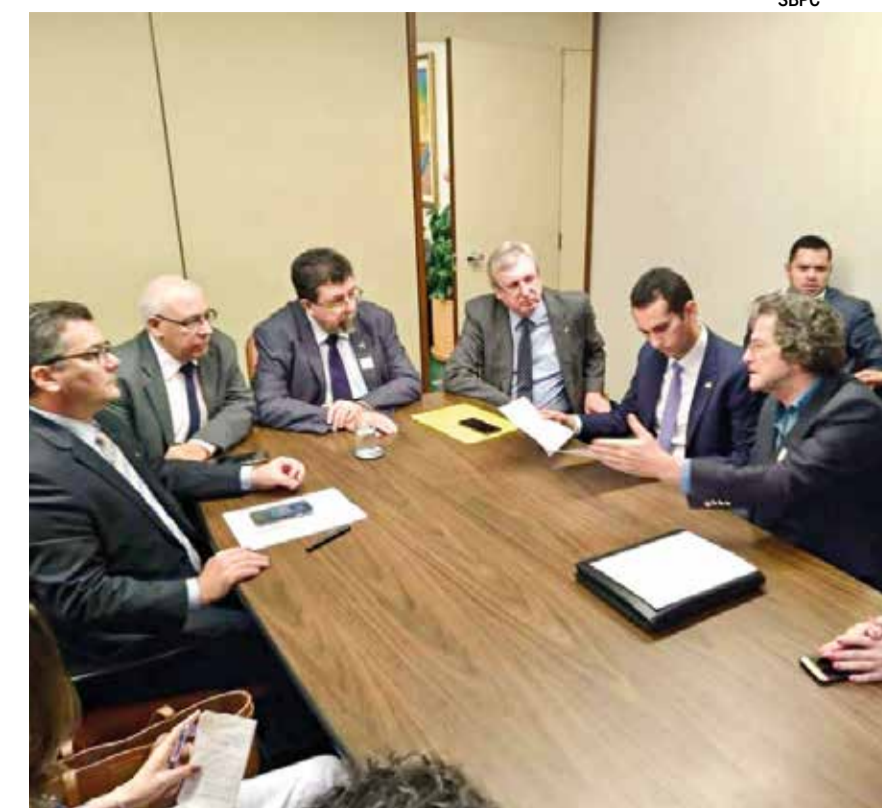
A Adufrj fez a tradicional concentração de professores, estudantes e técnicos da universidade no Largo São Francisco em frente ao IFCS. A professora da Faculdade de Educação Alessandra Nicodemos realizou uma pequena aula pública dedicada a Paulo Freire. Cerca de quarenta pessoas acompanharam a atividade. “A gente considera que defender a universidade pública é discutir Paulo Freire”, argumentou a docente. “Ele é o intelectual que tem sido mais atacado porque entende a educação como prática da liberdade e ato político. O seu legado vem da perspectiva de uma educação popular emancipatória, que amplie sua leitura

de mundo”, justificou. Nicodemos acrescenta que o patrono da Educação brasileira rompe com a ideia de “ciência neutra”, defendida pelo atual governo. E valoriza as humanidades tanto quanto as exatas. “Alfabetizar um homem de cinquenta anos, ensiná-lo a ler e escrever também é ciência”, lembra a docente. (Elisa Monteiro)



ALESSANDRO COSTA

EDUCAÇÃO DE PAULO FREIRE: ato político e prática de liberdade



SBPC

DIÁLOGO Professores fizeram reunião com parlamentares

PESQUISADORES COBRAM MAIS VERBAS PARA C&T NO CONGRESSO

Preocupação Além da reivindicação por mais orçamento, entidades científicas também estão mobilizadas contra proposta de fusão da Capes com o CNPq

ARTHUR BOMFIM
arthur@adufjr.org.br

Preocupados com o futuro dos institutos de pesquisa e das universidades, representantes de diversas instituições científicas compareceram ao Congresso Nacional para tentar modificar o orçamento de 2020, nos dias 1 e 2.

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o professor Ildeu Moreira justificou a iniciativa. “O orçamento de 2020 está muito ruim. O CNPq está com fomento zero. A Capes está com orçamento reduzido à metade”, disse. Ildeu também destacou que o governo pode provocar uma grave mudança no sistema de apoio à pesquisa nacional: “Há uma ameaça real no governo de extinção do CNPq pela sua fusão com a Capes. Isso, além de ser defendido pelo Ministério da Economia, também é defendido pelo MEC. A nossa campanha junto aos parlamentares tem o sentido de mostrar que a existência das três agências (CNPq, Capes e Finep) é fundamental para o sistema nacional de ciência e tecnologia”, completou. Os cientistas se reuniram com integrantes da Comissão Mista de Orçamento e visitaram os gabinetes de parlamentares. Também entregaram uma carta com

propostas de alteração orçamentária. Uma delas busca a recomposição dos recursos para o MCTIC, tendo como base a Lei Orçamentária de 2017. “Isto conduziria os recursos de investimento do MCTIC ao valor de R\$ 5,5 bilhões e o orçamento do CNPq ao valor de R\$ 1,5 bilhão, o que possibilitaria o pagamento das bolsas e um recurso básico e necessário para fomento à pesquisa nesta agência”, diz um trecho. Outra solicitação é recompor os recursos da Capes nos valores aprovados para 2019, de R\$ 4,2 bilhões. O presidente da SBPC observou que as entidades científicas devem permanecer mobilizadas. “A união da comunidade científica é fundamental neste momento em que o Congresso discute o futuro financeiro do sistema nacional de ciência e tecnologia”, disse Ildeu Moreira.

José Edeson, representante do Observatório do Conhecimento, rede formada por associações e sindicatos de docentes de diferentes estados brasileiros – entre eles, a AdUFRJ –, também participou da mobilização. “A proposta de orçamento apresentada pelo governo ao Congresso é fictícia. Com ela, já começaremos o próximo ano com um orçamento 20% menor do que já temos hoje”, afirmou Edeson, que é presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal de Pernambuco.

Palestras censuradas pela Caixa Cultural

> Tatiana Roque, ex-presidente da AdUFRJ, participaria do ciclo "Aventuras do Pensamento"

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufjr.org.br

O governo Bolsonaro censurou o ciclo de palestras "Aventuras do Pensamento", promovido pela Caixa Cultural desde 2016, no Rio, além de cinco produções culturais pelo país. O ciclo trata de democracia, história, ciência e ambiente e é voltado ao público infanto-juvenil.

Uma das participantes seria a professora do Instituto de Matemática e ex-presidente da AdUFRJ Tatiana Roque, que iria

fazer a palestra "Por que acreditar na ciência?", em 26 de outubro. Também estavam previstas as palestras do cientista social Marcos Nobre, da escritora Conceição Evaristo, da psicanalista Suely Rolnik, do líder indígena Ailton Krenak, do cosmólogo Mario Novello e do ensaísta José Miguel Wisnik.

O cancelamento foi comunicado poucos dias antes do início do ciclo, marcado para 28 de setembro, e foi justificado por mudança no título da palestra de Tatiana Roque. Para a professora, "é censura sim" e "o mais surpreendente é a que a ci-



EVENTO tinha como objetivo debater o pensamento contemporâneo

ência seja objeto de censura". "A palestra era um alerta para que crianças e jovens não acreditem em teorias anticientíficas e negacionistas", afirmou. "A decisão, mostra este governo, é

anticientífica e negacionista, como ficou claro no episódio do Inpe, com a demissão do diretor Ricardo Galvão", completou.

Na avaliação do organizador do evento, o professor Hermano

Callou estão sendo censurados projetos que não são alinhados com o governo, embora o ciclo trate de ciência, democracia e filosofia. "Não existe uma crítica direta ao governo", disse Callou, que ainda negocia com a Caixa a reversão do cancelamento, mas tem procurado outras instituições para abrigar o ciclo.

A Caixa adotou um sistema de censura prévia a projetos culturais em todo o Brasil, segundo reportagem do jornal Folha de S.Paulo. A análise do posicionamento político e do comportamento dos artistas nas redes sociais tornou-se critério para que peças, debates e exposições já aprovados em edital entrem em cartaz.

Funcionários da Caixa encaminham relatórios à Secretaria de Comunicação do governo federal nos quais são descritos pontos polêmicos, explicados como "possíveis riscos de atuação contra as regras dos espaços culturais, manifestações contra a Caixa e contra o governo e quaisquer outros pontos que podem impactar".

Por telefone, a assessoria da Caixa Cultural informou apenas que "o evento não chegou a ser contratado". E que "está em conversa com os produtores".

Reitora da UFRJ recebe Medalha Tiradentes

> Na solenidade, professora Denise Pires de Carvalho aponta importância da universidade nos dias atuais

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Uma celebração da universidade e das mulheres cientistas. Foi assim a solenidade em que a reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, recebeu a Medalha Tiradentes, a mais alta honraria concedida pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A iniciativa da homenagem, no dia 3, foi da deputada Martha Rocha (PDT), ex-aluna da Faculdade Nacional de Direito.

"Desde a criação, em 7 de setembro de 1920, a UFRJ teve 28 reitores. Pela primeira vez, em quase 100 anos, uma mulher foi investida no cargo. De uma universidade cujo símbolo, a Minerva, também é feminino", disse Denise. "Hoje, existem 19 reitoras em 63 instituições federais de ensino. As mulheres exer-

cendo estes cargos de destaque ainda são minoria. Mas há novas ares, novas atitudes", completou.

A reitora também registrou o importante papel da educação em uma sociedade impactada pelos avanços tecnológicos, em especial na comunicação - nas redes sociais, as pessoas ficam em "bolhas" de informação e só conversam com quem concorda com elas. "Só podemos romper estas bolhas pela Educação, pelo livre pensar, pelo pluralismo de ideias. Estes são os pilares do exercício da democracia e da liberdade", afirmou.

O subfinanciamento da educação superior pública também mereceu destaque no discurso da professora. "Deveríamos estar discutindo aqui quais serão as profissões do futuro, em vez de déficits orçamentários", observou. "É inaceitável dizer que devemos recuar por questões



DEFESA DA UNIVERSIDADE "Uma nação soberana depende de instituições fortalecidas", disse Denise

econômicas. Uma nação soberana depende de instituições fortalecidas", completou.

Durante a solenidade, a mesa diretora da Alerj recebeu representantes da comunidade científica para saudar a reitora.

Uma delas foi a professora Eliete Bouskela, diretora científica da Faperj, que destacou Denise como um exemplo para as mulheres alcançarem funções de liderança dentro da universidade. "A primeira diretora do Instituto de Biofísica (Denise foi diretora do IBCCF em 2010) e primeira reitora da UFRJ mos-

tra que é possível".

Presidente da Faperj, o professor Jerson Lima Silva, que é do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ, também tratou a concessão da Medalha Tiradentes à reitora como uma homenagem a todas as estudantes mulheres. "O Brasil é um dos poucos países do mundo em que a produção científica é dividida, meio a meio, entre homens e mulheres", afirmou.

Representante da Academia Brasileira de Medicina, o professor Walter Zin abordou o entrelaçamento de sua carreira

com a da homenageada. "Quando voltei do meu doutorado no Canadá, em 1982, a primeira turma para a qual dei aula foi a de Denise. Ao final, fui escolhido paraninfo", disse. "Quando me aposentei, fui indicado para ser professor emérito. Esperei a posse dela e fui o primeiro homenageado pela gestão. O que, de certa forma, fechou um ciclo". Vice-reitor da UFRJ, o professor Carlos Frederico Leão Rocha afirmou que a reitora representa a Educação e a ciência. "É isso que é importantíssimo neste momento".

Ato unificado da esquerda mobiliza universidade

> O ex-ministro da Educação Fernando Haddad e os deputados federais Marcelo Freixo (PSOL), Jandira Feghali (PCdoB), Benedita da Silva (PT) participaram da atividade, nos pátios da reitoria

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

"Nós, deliberadamente, queríamos que a universidade fosse o local de maior expressão representativa da nossa diversidade social", disse o ex-ministro da Educação Fernando Haddad, candidato à presidência pelo PT nas últimas eleições. Ele participou, no dia 4, de um encontro com parlamentares de três partidos políticos de esquerda (PT, PCdoB e PSOL), nos pátios do prédio da reitoria da UFRJ. A atividade, organizada pelo movimento estudantil, significou um esforço de lideranças nacionais na construção de uma frente democrática ampla e antifascista em defesa da universidade pública.

Haddad afirmou que a universidade pública só incomoda o atual governo federal porque nela estão camadas populares da sociedade. "Eles não gostam do povo brasileiro", afirmou. "A política de cotas só foi possível porque um homem teve a coragem de implantá-la", disse, em referência ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ex-ministro criticou o atual mandatário do MEC. Classificou as encenações de Abraham Weintraub nas redes sociais como um "fascismo meio circo". "São um deboche, um desrespeito com a universidade pública. Nós somos mais de um milhão de pessoas nas universi-

dades federais e é só deboche o que ele tem a oferecer". Após o ato, Haddad concedeu entrevista para a AdUFRJ e o Sintufjr. O conteúdo pode ser conferido na próxima edição do **Jornal da AdUFRJ**.

COTAS REVOLUCIONÁRIAS

A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu as cotas sociais e raciais adotadas no governo Lula, durante o encontro da esquerda. "Não houve uma ação mais revolucionária neste país do que a política de cotas, que abriu as universidades para nossa juventude pobre e negra. Aqui, hoje, estão os filhos das empregadas domésticas", disse.

Para a deputada, o desmonte da educação, em particular do ensino superior, no atual governo, tem o objetivo de tirar dos mais pobres o direito de cursar uma universidade. "É este sonho coletivo que Bolsonaro quer destruir. Neste momento de desmonte, é fundamental estarmos nas ruas", afirmou.

A defesa da democracia foi destacada pela deputada federal Jandira Feghali (PCdoB). "A bandeira do Lula Livre não é apenas do PT. Ela é uma bandeira da democracia brasileira", afirmou a parlamentar.

Jandira pediu que o campo progressista não aja com intolerância contra a população que votou no atual governo. "É hora de chamarmos todos. Dizer 'eu avisei' não faz o outro nos ouvir. Só os afasta. Temos que estar juntos", afirmou.

O esforço de ação conjunta no



LULA LIVRE Comunidade acadêmica pediu a soltura imediata do ex-presidente da República, durante ato

Congresso Nacional foi um dos pontos registrados pela deputada. "Eu sou líder da minoria na Câmara. Juntos, estamos tentando diminuir os prejuízos na Reforma da Previdência. O Freixo está tentando desidratar o pacote do (ministro da Justiça Sérgio) Moro", explicou.

Para Marcelo Freixo (PSOL), a crise das universidades públicas não resulta de crise fiscal. Ela é um projeto de destruição das liberdades no Brasil. "Os fascistas têm certeza absoluta de que a universidade é o local do pensamento crítico. Eles querem radicalizar as desigualdades deste país. É um projeto de sociedade. Para isto, é necessário



BENEDITA: "Política de cotas abriu a universidade para negros"

desmontar o Estado, destruir a universidade".

"Temos uma responsabilidade neste momento histórico", continuou. "Precisamos de uma frente ampla para combater o

fascismo. O medo é um instrumento político de controle. Não podemos deixar que ele nos paralise. Precisamos de coragem, que é um ato coletivo", finalizou o parlamentar.

Museu expõe "Os primeiros brasileiros"

GIULIA VENTURA
giulia@adufjr.org.br

O antropólogo João Pacheco nem poderia imaginar, mas salvou uma parte do acervo indígena do Museu Nacional, 13 anos atrás, ao criar uma exposição itinerante. Quando o incêndio de setembro de 2018 devastou o prédio, algumas peças estavam no Distrito Federal. E, agora de volta ao Rio, podem ser vistas no Arquivo Nacional na mostra "Os primeiros brasileiros".

São 40 painéis e 70 peças etnográficas que têm impressionado os visitantes. "O que eu estou vendo aqui é uma coisa maravilhosa. Aconselho todo mundo a vir", afirmou Sônia Cruz, que estava de passagem pelo Centro para consertar o celular.

A exposição está dividida em duas seções. A primeira, localizada no salão nobre do prédio, retrata uma relação com o romantismo do século XVI. Os quadros mostram a visão dos escritores José de Alencar e de



SALVAS Peças da exposição estavam no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília, na época do incêndio

Guonçalves Dias. No térreo, a figura do indígena é apresentada de forma real com suas histórias, culturas e religiões. Desde vestimentas e artesanatos até os materiais usados para caça.

"É uma oportunidade de aprender um pouco sobre o

povo indígena e suas culturas", afirma João Pacheco. O professor revela que a relação do Museu com os povos indígenas cresceu após o incêndio. "Nosso material era trazido por pessoas que tinham contato com os índios e, agora, os próprios vão doar", contou. "O acervo será montado de uma forma completamente diferente".

INFORMAÇÕES

O evento tem entrada gratuita e funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.

“A UNIVERSIDADE É O LOCAL DO DEBATE CRÍTICO”

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufrrj.org.br

Diretor da Faculdade de Direito da UFF desde 2015, o professor Wilson Madeira Filho foi alvo de censura por duas vezes em menos de um ano. O caso mais recente ocorreu no último dia 23, quando o MEC

sugeriu que a reitoria da UFF proibisse a realização do evento #MoroMente. A reitoria acatou a sugestão, mas os organizadores do seminário conseguiram na Justiça a autorização para realizá-lo. Coordenado pela Associação Brasileira de Juristas para a Democracia, o encontro discutiu a Operação Lava Jato após o vazamento

de conversas do ex-juiz Sérgio Moro com procuradores. O episódio anterior de censura foi às vésperas do segundo turno das eleições de 2018, quando fiscais da Justiça Eleitoral tentaram retirar a faixa “Direito UFF AntiFascista” da fachada do prédio. Os fiscais alegaram propaganda irregular. Madeira Filho chegou a receber uma

ordem de prisão e conseguiu revertê-la. Em entrevista ao **Jornal da AdUFRJ**, Madeira, professor de Teoria do Estado e de Conflitos Socioambientais, fala sobre o cenário autoritário do Brasil contemporâneo, sobre Lava Jato, e o que denomina de “falta de maturidade democrática” revelada na atual conjuntura.

■ **Jornal da Adufrrj - Quem pediu a proibição do evento?**

● **Wilson Madeira Filho** - O evento foi da Associação Brasileira de Juristas para a Democracia (ABJD). Um deputado federal de Niterói, Carlor Jordy (PSL), de ultradireita, entrou com uma ação dizendo que estavam usando a universidade para política partidária, citando o reitor e a mim, e com uma reclamação no MEC, que logo o atendeu. O MEC sugeriu que não ocorresse o evento, mas não determinou. Ao chegar à UFF, a procuradoria entendeu de vetar o evento e o vice-reitor encaminhou um ofício para não ocorrer. O reitor estava viajando. Eu agravei a ação popular contra o deputado, mas não adiantava se o reitor em exercício determinava que não fizesse. Fui forçado a entrar com mandado de segurança com a ABJD contra o próprio ato da reitoria. Logramos vitória nas duas ações. Foram decisões demolidoras que reafirmaram a decisão do STF de que a universidade é local do debate crítico e todo debate crítico tem um teor político.

■ **Qual é o seu posicionamento em relação à Lava Jato?**

● No início, ninguém era contra a Lava-Jato. Talvez uma das faculdades mais entusiasmadas pela operação tenha sido a Faculdade de Direito da UFF, porque era um importante combate à corrupção, uma corrupção crônica que existe no governo brasileiro não é de hoje, não é do governo Lula, Sabemos que há lastros históricos na formação da oligarquia brasileira. No final de 2016, falei que a Lava Jato estava ganhando um aspecto seletivo. Em vez de investigar a corrupção, estava investigando de forma selecionada e passou a investigar o PT. Deixou de ser a questão elogiada, que era o combate à corrupção sistêmica, e passou a ser um sistema persecutório. Depois veio o golpe contra a presidente Dilma.

■ **Como o senhor avalia a atuação do então juiz da Lava-Jato e hoje ministro da Justiça, Sérgio Moro?**

● Não foi a facada que elegeu Bolsonaro. O propulsor foi Moro, ao dizer que iria investigar a corrupção sistêmica. Moro vira ministro porque é responsável indiretamente pelo governo. A figura do juiz Sérgio Moro era impo-

luta, heróica. O povo brasileiro viu nele, como tinha visto no Joaquim Barbosa, a figura que faz justiça. Com a aposentadoria do Barbosa, viram no Sérgio Moro um jovem presidente no país, como o Collor, e deu no que deu.

■ **Após os vazamentos, Moro deveria ter deixado a pasta da Justiça?**

● O debate colocou isso. Enquanto juiz, as ações levam a colocar em dúvida toda a condenação do ex-presidente Lula e de várias outras atuações da operação Lava Jato. Claro que tem que passar pelo crivo de muita gente séria que trabalhou nisso. Não é por causa de duas pessoas carreiristas – Moro e Dallagnol – que os demais do Ministério Público não estivessem fazendo um trabalho adequado, correto e esperado. Se ele deve sair ou não do governo, isso é problema do governo. O que se questionou no evento foi o ato do juiz que ele foi.

■ **O que não invalidaria todo o trabalho feito na Lava Jato?**

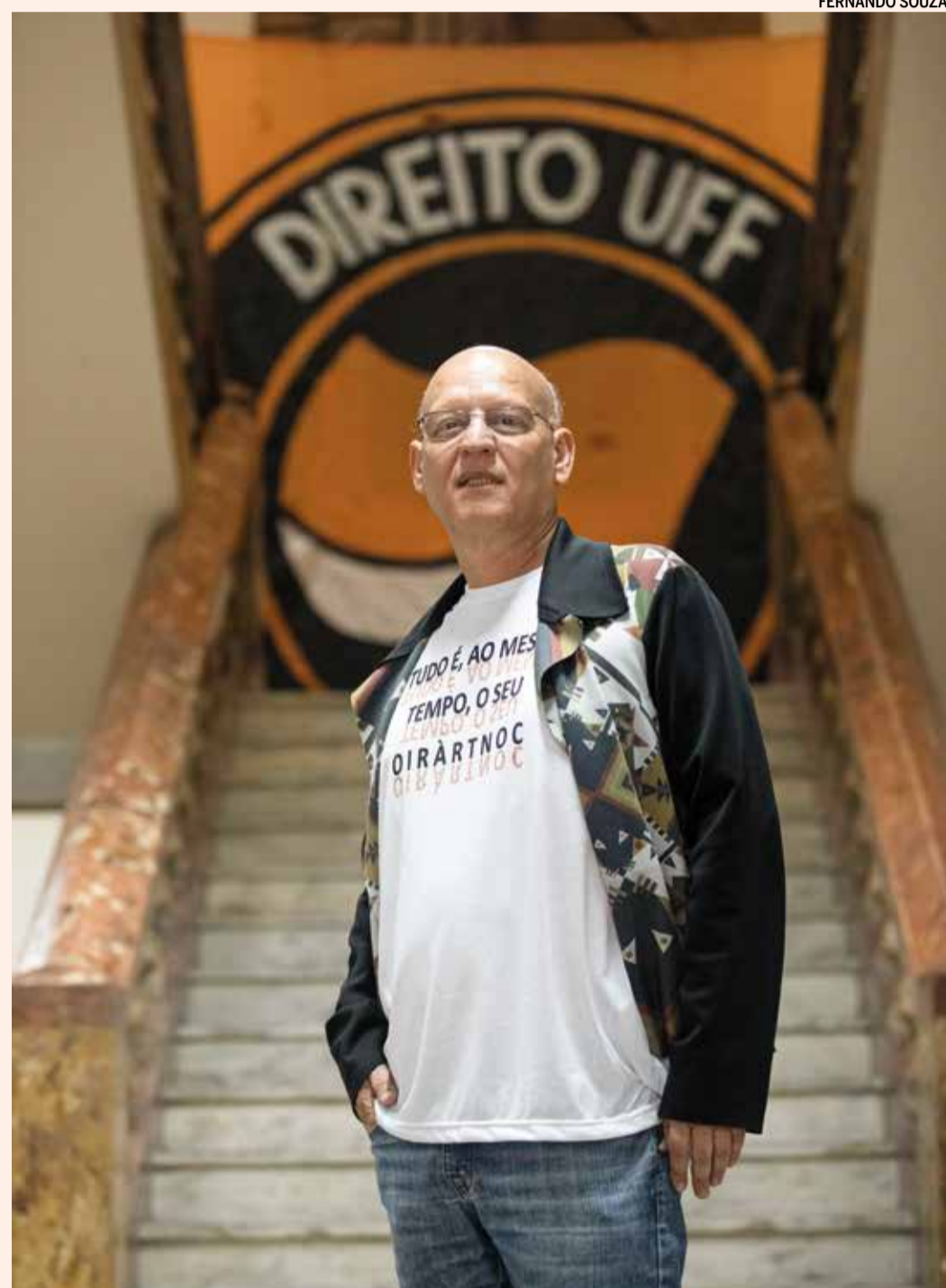
● Sim, há casos que ninguém questiona: Eduardo Cunha, Sérgio Cabral. É uma operação que demonstrou resultados muito importantes.

■ **Mas por que nada aconteceu com Moro e os procuradores da Lava Jato?**

● Essa situação revelou que a nossa sociedade não tem maturidade democrática. Nosso Estado não é homogêneo em nenhum dos poderes. Afirmar que o Judiciário não é democrático não cabe porque não pode ser aplicado de forma genérica. Existem juízes da mais perfeita conduta com a exigência, com o teor, mas o que se revelou é que o próprio Judiciário também tem seus blocos fascistas.

■ **Como lidar com esta conjuntura?**

● O vice-reitor me proibiu de fazer um ato e acredito que o reitor não faria diferente. Ele são fascistas? Não. São pessoas de quem eu gosto e apoiei. Entendo que a pressão é tamanha que eles não viram outra alternativa. Porque a UFF está no alvo. Foi uma das primeiras que anunciaram o contingenciamento. Aqui desfraldamos uma bandeira antifascista. Temos que ter muita serenidade para separar o joio do trigo e encontrar alternativas a essa estratégia de fazer as pessoas brigarem e depois entrarem na



FERNANDO SOUZA

terra arrasada. Devemos ter serenidade e fazer a resistência de que a universidade pública precisa.

■ **Como foi o episódio da bandeira Direito UFF Antifascista antes das eleições?**

● O TRE veio retirar, alegando que era propaganda contrária a candidato. Perguntei à juíza qual candidato era fascista. Ela disse na sentença que era o Bolsonaro. O mais impressionante é isso. Ela fez o mandado da minha prisão. Se eu fosse o candidato, entrava com dano moral contra a juíza. O curioso é que a bandeira não tinha nada a ver com a eleição e, sim, com a atlética, que concorre em campeo-

natos e estava disputando uma final com outra universidade. Temos uma política de cotas alta e nossos times têm muitos negros e negras. Gritaram 'macaco, macaco' na competição e os alunos fizeram a bandeira Direito UFF Antirracista. Em outubro, fizemos um seminário com o tema do fascismo e os alunos adaptaram a bandeira para Direito UFF Antifascista. A bandeira seria retirada na sexta-feira antes da eleição. Vieram aqui, mandaram retirar, cercaram a rua, mandaram me prender. Entrei com mandado de segurança e veio a liminar garantindo que a bandeira ficasse. Foi um show, todas as unidades da UFF botaram a bandeira e outras universidades também.

POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA AdUFRJ
Terça-feira, 15/10 - 18h - Salão Pedro Calmon - Praia Vermelha